

REVISTA CANTAREIRA

<http://www.historia.ufrb.br/cantareira>

ISSN 1677-7794

cantareira@historia.ufrb.br

CANTAREIRA – Revista Eletrônica de História

Volume 2 – Número 2 – Ano 3 – Ago. 2004

Editor – Mauro Henrique Barros Amoroso

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)

Departamento de História

Campus do Gragoatá - Bloco O - 5º andar - Niterói - RJ - Brasil - CEP 24210-350

Telefone: (021) 2629-2919

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.

Equipe

Editor Responsável

Mauro Amoroso

Editores

Alexandre Camargo

Alexandre Pierezan
Fabrício Freire
Francisco dos Santos Lourenço

Guilherme Moerbeck
Hagaldes de Oliveira

Leonardo Arruda

Priscila Aquino Silva

Richard Negreiros de Paula

Editores Correspondentes

Antonio Marcos Myskiw

Erneldo Schallenberger

Maria Thereza David João

Márcio Marchioro

Valdir Gregory

Designer gráfico

Sheila Freire

Ficha Catalográfica

Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História
Volume 1, Número 3, Ano 2, Ago. 2004
Disponível em:
<http://www.historia.ufrb.br/Cantareira>
1. História Geral; 2. Historiografia

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CAMPONESA NO SUL DO BRASIL

Tarcisio Vanderlind^[1]

RESUMO: O presente artigo constituiu-se num exercício preliminar de revisão bibliográfica que procura analisar o surgimento de um campesinato característico no sul do Brasil. A discussão indica também, que o campesinato no Brasil, pode ser discutido a partir de outras manifestações igualmente presentes no país e que antecede a vinda dos imigrantes europeus no século XIX.

Palavras-chave: Colonos/camponeses, imigração alemã, contribuições.

ABSTRACT: The present article constituted itself in a preliminary exercise of bibliographic revision that tries to analyze the appearance of a characteristic peasantry in the South of Brazil. The discussion also indicates that the peasantry in Brazil can be discussed from other manifestations equally present in the country and that precedes the coming of European immigrants in the XIX century.

Key words: colonists / peasants, German immigration, contributions.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui-se num exercício preliminar de revisão bibliográfica que procura analisar o surgimento de um campesinato característico no sul do Brasil. A reflexão relaciona-se a uma sistematização inicial de idéias como suporte teórico ao desenvolvimento de pesquisa intitulada “Camponeses/colonos: aspectos da representação local”. As discussões desenvolvidas em recente Tese de Doutorado iluminam o texto (VANDERLINDE, 2004). O recorte reflexivo se dá a partir da ótica de alguns autores que estudaram a problemática da imigração associada ao surgimento de uma identidade camponesa no sul do Brasil. A ênfase da análise, contudo volta-se aos aspectos discutidos por Giralda Seyferth que percebe a problemática numa visão culturalista e centra-se nas diversas contribuições dos imigrantes colonos-camponeses camponeses. Partes consideráveis desses imigrantes eram protestantes luteranos. Percebe-se no tempo presente que a contribuição desses imigrantes na formação social brasileira foi significativa o que aponta para a pertinência da discussão no âmbito da pesquisa mencionada. A discussão, porém não ignora a possibilidade de abordar outras formas de campesinato no Brasil que antecederam os fluxos migratórios a partir da primeira metade do século XIX. Neste caso, como indicativos para outras pesquisas empíricas e franciscanas que ainda poderão ser realizadas, poderão ser levadas em conta as contribuições sistematizadas por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre as controvérsias relacionadas à história da agricultura brasileira. Na mesma discussão, Ciro Flamarião Cardoso indica, por exemplo, a existência de um protocampesinato nas Américas, fenômeno que também teria se manifestado no Brasil. O artigo se volta, no entanto preferencialmente para as questões anteriormente apontadas.

IMIGRAÇÃO E EMERGÊNCIA DO CAMPESINATO NO BRASIL

Costuma-se colocar a fundação da colônia de Nova Friburgo (1918), Rio de Janeiro, como núcleo pioneiro da imigração europeia para o Brasil. Trata-se de núcleo formado por imigrantes suíços e pode ser considerado o marco inicial dos fluxos migratórios desencadeados pela política brasileira no século XIX. Giralda Seyferth destaca, no entanto que o ponto de partida para o estabelecimento de imigrantes europeus no país relaciona-se ao decreto de 25 de novembro de 1808, assinado por D. João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso a propriedade de terra. Com o fracasso do estabelecimento de alemães na Bahia, no mesmo ano a colônia de Nova Friburgo, fundada por fluxos a partir de 1823/24 que se dirigiu para o sul do país. O novo marco emblemático da imigração seria então a colônia de São Leopoldo (1824), fundada próxima a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. É a partir dessa data que passa a ocorrer para a região como também para Santa Catarina, um movimento mais constante de imigrantes alemães. A intensificação da imigração, contudo só vai acontecer após 1850, quando a responsabilidade da colonização é descentralizada e passa para os governos provinciais e para a iniciativa privada. Durante toda a segunda metade do século XIX fundaram-se no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo diversas colônias alemãs. A intensificação que se observa principalmente após 1870, deve-se a imigrantes de outras nacionalidades que juntamente com os alemães se dirigiram para o Brasil. Além de outras nacionalidades, destacaram-se os italianos, espanhóis e portugueses. O grande fluxo de imigrantes para o Brasil ocorreu entre 1888 e 1910, coincidindo com a abolição da escravidão e a implantação do regime republicano. Apesar da precariedade dos dados estatísticos, Seyferth indica que de 1819 a 1947, entraram no Brasil, 4.903.991 imigrantes, sendo que até 1880 havia predominância dos fluxos migratórios de alemães e portugueses (SEYFERTH, 1990: 09-10).

Osmar Luiz Witt observa que assim como a imigração atendeu a determinados objetivos fixados pelo governo imperial brasileiro, também a emigração de imigrantes germânicos, serviu a causas definidas. A imigração foi promovida por uma pregação itinerante no Sínodo Luterano Riograndense e percebe duas fases relacionadas à imigração alemã para o Brasil. A primeira, a partir de 1823/24 quando não existia um Estado alemão unificado. A segunda, a partir da unificação da Alemanha em que os interesses econômicos daquele país se voltavam para aqueles que, em busca de melhor sorte e atraídos pelas promessas dos agentes do governo brasileiro, abandonavam o país (WITT, 1996: 21-22).

Considerando a imigração alemã, ressalta-se sua procedência diversa em termos de regiões, o que atesta uma considerável heterogeneidade cultural se considerado apenas aquele grupo étnico. Desta forma, as colônias alemãs foram formadas por alemães de diversas localidades da Europa. Foi da região do Hunsrück, contudo que veio o maior contingente de imigrantes camponeses para as colônias da região sul do Brasil (GREGORY, 2000:145).

Desconsiderando-se neste artigo, as diferenças que marcaram a colonização entre o sul e sudeste do Brasil, a pequena propriedade acabou por prevalecer na maior parte das áreas coloniais. De acordo com Seyferth, este sistema de colonização permitiu o desenvolvimento de uma sociedade camponesa diferente que pouco mudou desde o século XIX. Em meio a este tipo de estrutura fundiária, boa parte dos núcleos coloniais originais transformou-se em pequenas e médias propriedades, cuja atividade econômica mais importante é a industrial, cidades que também se diferenciaram no plano espacial, organização social e na arquitetura que exibem (SEYFERTH, 1990: 19).

Ressalte-se que nem todos os imigrantes alemães procedentes das diversas regiões europeias tornaram-se proprietários de terras por ocasião de sua chegada. Muitos dos imigrantes eram artesãos, industriais, comerciantes e profissionais do meio urbano, bem como religiosos e professores. Gregory salienta que alguns deles permaneceram no Brasil para as cidades, quer pela falta de infra-estrutura nas colônias, quer pela não adaptação às condições da vida rural e do trabalho agrícola ou foram ou até por não ter tido experiência das lidas no campo (GREGORY, 2000: 145-146).

Os imigrantes em geral mantiveram alguma ligação com a cultura e sociedade de origem, por maiores que sejam as pressões no sentido da assimilação. Guardaram sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estivessem diluídos. Os fenômenos chamados pelos especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impediam a persistência do componente étnico da identidade dos descendentes de imigrantes, por mais que estes tivessem integrados à nova sociedade. Para a maioria, no entanto, a fidelidade étnica é relevante, e independentemente com a mesma origem tendiam a formar grupos étnicos mais ou menos organizados. Pode-se, no entanto, identificar em assimilação e aculturação, no sentido de que as culturas originais dos imigrantes iam se transformando no contato com a sociedade brasileira ou que certos valores ideológicos iam desaparecendo (SEYFERTH, 1990:79).

Ressalte-se que a imigração e a colonização alemã no Brasil teve importante papel no processo de diversificação da agricultura, urbanização das cidades, industrialização e cultura. Na esfera da religião, elemento central da vida das comunidades de imigrantes, constata-se que muitos padres, pastores e religiosos são descendentes de alemães^[2]. Ao destacar a importância de imigrantes no oeste do Paraná, antes da modernização agrícola, Erneldo Schallenberger e Silvano Colognese, observam que há uma interferência muito forte da religião no meio social. Segundo os autores, estas interferências atuam como mediações que regulam comportamentos, que normalizam ações, que aproximam o ideal, representado simbolicamente por códigos permeados de conteúdo religioso, do cotidiano vivenciado pelos indivíduos e pelas comunidades (SCHALLENBERGER & COLOGNESE, 1994:58). A vida cultural e hábitos alimentares dos imigrantes alemães também influenciaram de maneira decisiva a sociedade brasileira.

Ao discutir as formas de abastecimento do mercado interno durante a fase colonial brasileira, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, destacam a contribuição da “brecha camponesa” na constituição de um protocampesinato^[3] na colônia. Além da brecha, é também percebido lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho além dos pequenos produtores do agreste. De acordo com os autores, a brecha camponesa, porém, não era a única forma de produção de alimentos na colônia. À margem do latifúndio, existia todo um segmento de produtores profundamente vinculados a uma, e que deveriam atender suas necessidades não apenas como meio de conseguir renda vel que necessitavam, mas também, de garantir a existência de uma relação de subordinação pontilhada de tensões. Outro de seus segmentos responsável pela produção de alimentos apontado pelos autores era constituído de pequenos produtores, muitas vezes posseiros, que formavam uma ampla franja demográfica na região do agreste e mesmo no sertão nordestino (LINHARES & SILVA,1981:134-135).

Linhares e Silva, na trilha de estudos realizados por Ciro Flamarião Cardoso, procuram demonstrar a existência de indícios de uma prática camponesa dentro do sistema escravista. Os autores observam que esta prática não estaria confinada a momentos restritos e esporádicos ou a conjunturas específicas, embora devesse ser minimizada quando a atividade produtora voltada para um produto preponderante, destinado à exportação, atravessava fase de expansão no mercado internacional, posição que de acordo com os próprios autores, carece de comprovação. De qualquer forma, na pequena e média propriedade, a prática camponesa, deve ter-se desenvolvido como atividade de subsistência, produzindo algum excedente, tanto para a propriedade monocultora, quanto para os centros urbanos. Com tal conclusão, os autores ressaltam que a situação se opõe, “radicalmente”, a toda uma tradição historiográfica brasileira que procura ver as formas de vida camponesa como um elemento novo na paisagem rural. Neste caso, o país, constituído a partir do trabalho agrícola, não teria conhecido a pequena produção familiar no campo e não haveria, portanto sentido em se falar em camponês no contexto. Para os historiadores que concordam com esta tradição, o segmento camponês só faria seu aparecimento na sociedade brasileira por volta de 1850, com a chegada dos colonos europeus. Diante dessa argumentação, e, considerando os indícios de uma prática camponesa anterior ao período da chegada dos colonos europeus, Linhares e Silva, apontam um “*novo caminho*” e ressaltam a necessidade de serem realizadas ainda um sem-número de verificações empíricas relacionadas ao assunto (LINHARES & SILVA,1981:133-136).

A intenção não é avançar nesta discussão no presente artigo, o que não significa concluir que ela não seja pertinente. Ela poderá ser feita em outro momento. Sem desconsiderar, portanto, que uma discussão sobre campesinato possa se realizar antes da chegada dos colonos europeus no século XIX, o objetivo neste instante, é analisar a figura do colono-camponês e a sua relação com a pequena propriedade, mais especificamente no sul do Brasil. A discussão parte do advento das migrações para o Brasil no século XIX e tal recorte se relaciona à pesquisa comentada na introdução do artigo.

O COLONO-CAMPONÊS DO SUL DO BRASIL

De acordo com estudos realizados por Giralda Seyferth, o processo de colonização com imigrantes estrangeiros foi bastante complexo e variou de uma região para outra. O resultado do processo da colonização, contudo, estaria ligado a um tipo de vida rural diferente da sociedade da região brasileira tradicional, onde segundo a autora não havia lugar para o pequeno proprietário. O que de fato teria ocorrido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, foi a formação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de vida específico que resiste às transformações ocorridas desde o século XIX. Seyferth destaca que ao se utilizar termos “camponês” e “sociedade camponesa”, os autores que tratam desse tema, o fazem partindo de sua especificidade econômica, considerando a economia camponesa como um sistema econômico de significado próprio, o tempo como unidade básica a fazer da camponesa tomada como um todo. E apesar de se colocar em primeiro plano as questões relacionadas a uma “economia camponesa”, a palavra “camponês”, numa reflexão mais ampla, é também utilizada para identificar uma estrutura social e um *ethos* específicos. Neste caso, na reflexão desenvolvida pela autora, os colonos são caracterizados por camponeses dentro de uma orientação teórica mais geral (SEYFERTH, 1990:21).

Acompanhando os vales dos rios, os colonos se distribuíam em lotes de 25 hectares em média. Uma picada principal aberta na floresta, interceptada por “travessões”, servia como ponto de partida para a demarcação dos lotes. Lotes e pequenos povoados formavam uma teia que aos poucos foi ocupando as áreas de florestas do Sul do Brasil. Mesmo caracterizado por um povoamento disperso, a forma como os lotes foram demarcados permitiu uma aproximação das casas dos colonos. A pequena propriedade foi assumida, realmente como a unidade básica de todo o sistema colonial e é marca fundamental deste campesinato de origem europeia. A expansão colonial em terras de floresta desprezadas pelos latifúndios, e por isso mesmo aproveitadas para a colonização, permitiu a constituição de uma sociedade camponesa com características próprias. Os povoados que se formaram nas áreas coloniais concentram na prática, instituições tradicionais da aldeia camponesa, mas a unidade econômica social básica do sistema não é o povoado, nem mesmo as vilas ou cidades maiores que se desenvolveram a partir dos núcleos coloniais mais significativos. De acordo com Seyferth, a pequena propriedade policultora, na qual o trabalho agrícola é realizado pela família, constitui a peça fundamental, tanto no período pioneiro da colonização como no tempo presente (SEYFERTH, 1990: 22-24).

Algo que merece ser destacado na caracterização dessa sociedade camponesa é o termo “colônia”. Seyferth explica que o termo designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. A área rural de um município é chamada de colônia e seus habitantes são colonos, categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o campo. Por outro lado, o termo “colônia” também é utilizado para designar a propriedade agrícola do colono. A autora ressalta que o fato de existir a mesma denominação para a propriedade rural e para a área rural como um todo, é carregado de significado. A “colônia” – pequena propriedade é concebida como um microsistema auto-suficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Algo que precisa evidentemente ser relativizado se consideradas as leis de mercado. Quanto à demarcação dos espaços dentro do lote colonial, Seyferth destaca que estes refletem a atividade múltipla da família camponesa.

A policultura, baseada à criação de pequenos animais domésticos, prevalece apesar das pressões no sentido de uma agricultura comercial. Embora um colono do Vale do Itajaí, por exemplo, plante fumo, e assim o fiz com o propósito de obter lucro, mantendo o cultivo de outras plantas, inclusive uma horta, para consumo de sua família e, eventualmente, para o comércio. E continua criando alguns animais domésticos. Não se torna monocultor, por mais que o preço da venda do fumo possa compensar o trabalho. O que está em jogo aqui não é a falta de capacidade “empresarial” ou de desprezo pelo lucro, mas um *ethos* camponês específico do colono que determina suas ações enquanto “empresário” agrícola. Um *ethos* que tem como base justamente a colônia como um microsistema que deve ser, na medida do possível, auto-suficiente (SEYFERTH, 1990: 22-26).

Com relação a família camponesa das regiões coloniais, Seyferth esclarece que não há uma família nuclear característica podendo conviver (quase sempre) os pais, um dos filhos casados e sua prole na mesma colônia ou pequena propriedade familiar. Permanece também ali os celibatários (tais sempre mulheres). De acordo com a autora, esta é a família camponesa tipicamente europeia, que não mudou muito desde o século XIX. Tem características fortemente patriarcais, pois a autoridade do pai é indiscutível, principalmente quando dispõe sobre a economia doméstica e a herança da terra. Os filhos até o casamento estão sujeitos a autoridade paterna, que deriva do fato de ser o pai e proprietário legal das terras e a pessoa que dispõe sobre as formas de transmissão do patrimônio. Dentro do contexto da auto-suficiência, a família do colono é o grupo de produção da colônia, na qual cada um dos seus membros possui atribuições específicas e metas, mas desde o asexto ou oito anos até a velhice, todos trabalham. Outra característica que pode ser considerada como fundamental do *ethos* camponês, é o auxílio mútuo que se desenrola com a vizinhança. O auxílio pode ser em caso de doença quando então os parentes próximos ou vizinhos auxiliam nas tarefas da roça. A construção da moradia para alguém que vai casar, de uma escola comunitária, de uma capela, consertos de estradas, o abate de animais domésticos costumam envolver parentes, amigos e vizinhos em mutirão (SEYFERTH, 1990:28-31).

Estas características podem ser consideradas como uma das marcas fortes do campesinato que se desenvolveu no sul do Brasil. Inúmeras foram as atividades associativas que se desenvolveram desde o início do século passado e continuam sendo desenvolvidas pelos descendentes dos imigrantes alemães, ainda no tempo presente (SCHALLENBERGER, 2001).

Como já se afirmou neste artigo, a exploração agrícola dos colonos se caracterizou pela policultura e pelo trabalho familiar. Ressalte-se, no entanto, que a colônia, enquanto unidade mínima do sistema, representa um símbolo de elementos brasileiros, alemães e italianos, que resultou numa organização econômica e social diferente, tanto da que se conhecia na Europa, como da que se encontraram no Brasil. Estes colonos se diferenciaram dos caboclos, caipiras, roceiros e outras categorias do mundo rural brasileiro. Seyferth destaca, porém, que a diferença deste camponês se situa mais no plano da organização social da comunidade rural e da ocupação do espaço do que nas técnicas agrícolas empregadas e no que é plantado^[4].

No que se refere à alimentação da família do camponês, houve uma adaptação dos hábitos dos colonos às condições e cultivos da região, da qual a utilização do alívio (mandioca) e do milho podem ser considerados como exemplares. Ao mesmo tempo, difundiram hábitos alimentares característicos dos seus países de origem e aceitaram outros, típicos do Brasil. Seyferth destaca que a variedade dos produtos utilizados, somada à dos tipos de criação e produtos dela decorrentes, dá à colônia uma “quase” auto-suficiência alimentar. O lucro dos excedentes vendidos exclusivamente para o comércio, é utilizado na reposição de equipamentos agrícolas, roupas, melhoramento da casa, estábulos, cercas, eventualmente para comprar terra ou casa para os filhos (SEYFERTH, 1990:35).

Ao analisar as relações da sociedade colonial com a industrialização, no Rio Grande do Sul, Sérgio Schneider observa que a sociedade colonial formada pelos imigrantes manteve seu modo de vida familiar relativamente bem delimitado durante mais de um século, vindo a ser desarticulado, ou impactado, somente a partir de meados da década de 1950. A expansão da fronteira agrícola, inicialmente no Rio Grande do Sul, e posteriormente, sobretudo em Santa Catarina e Paraná, auxiliou os colonos a manterem seu modo de vida. Considerando estudos de Jean Roche e Leo Waibel, apontados como dois dos maiores estudiosos do processo de colonização e imigração alemã, constata que o sistema produtivo colonial foi um dos principais elementos de perpetuação do caráter relativamente autárquico dessa sociedade (reforçado pelas intensas relações de parentesco e religiosidade), permitindo que sua reprodução ocorresse na medida em que era possível expandir a zona pioneira (SCHNEIDER,1999: 21-22).

Schneider concorda com outros pesquisadores da área, que na atualidade, o modo de vida colonial deixou de existir em sua plenitude, mas, algumas características de sua sociabilidade passam por uma revitalização metamorfoseando-se em um novo ambiente social e econômico em que atividades não mais exclusivamente relacionadas a terra podem também estar presentes (SCHNEIDER, 1999:191). Essa metamorfose que trás em seu bojo a pluriatividade como uma característica da reprodução do camponês, de longa data, incluindo recentemente a expressão “agricultura familiar”, é avaliada por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, que considera ser precisamente, a família agrícola, depositária de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica.

Ao mesmo tempo, essa nova concepção (agricultura familiar) supõe um processo de substituição da ênfase na responsabilidade individual do agricultor pelo envolvimento do conjunto familiar. A família rural permanece, portanto, como um dos elementos centrais desse processo. Com efeito, parcela significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. Além disso, o “lugar” da família, isto é, o território fundiário familiar, constitui um elemento de referência e de abrangência da família, que deve ser reconhecido, sobretudo em um processo que valoriza a identidade territorial. Finalmente, as famílias agrícolas são depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social em um processo de desenvolvimento rural” (WANDERLEY, 1999: 09).

As considerações levantadas por Wanderley, parecem tangenciar um aspecto fundamental da família camponesa descendente dos imigrantes alemães no sul do Brasil no que tange a sua contribuição na formação da sociedade brasileira. Gregory ressalta que a contribuição alemã neste particular pode ser considerada como exemplar em alguns aspectos. Foi o principal fluxo migratório que predominou até a década de 70 do século XIX. As questões que envolvem o idioma, a escola e a religião revelam forte resistência e marca da diferença, uma vez que o alemão continua sendo falado, a religião protestante está presente em grande parte do território brasileiro e a escola e a imprensa alemãs contribuíram nos índices de alfabetização e de difusão de hábitos de leitura. Gregory conclui que o território de um protocampesinato típico e forte herança de Europa Central e sulbáltica contribuiu na agricultura familiar no Brasil, é responsável pela criação de determinados aspectos, com pelo cultivo de produtos agrícolas, a exemplo da suinocultura e da triticultura, e pela estruturação de uma forte agroindústria cooperativa e privada (GREGORY, 2000: 157).

CONCLUSÃO

Mesmo que se concorde que formas de campesinato no Brasil possam ter ocorridas anteriormente aos fluxos migratórios que começam a acontecer da Europa em direção ao país na primeira metade do século XIX, não se pode ignorar que na Região Sul acabou se formando um campesinato com características peculiares que trouxeram diversas contribuições no processo de formação da sociedade brasileira. Neste caso é pertinente apontar para a construção de uma identidade camponesa no sul do Brasil.

Como esta região a partir de anos 20 do século XIX recebeu um grande número de imigrantes que vieram de diversos lugares da Europa, acabaram estes, criando um jeito de viver que se parecia mais com sua cultura, herdada de longa data, mas que também foi muito modificada. O arcarão teve como alvo os imigrantes camponeses alemães. É desde que estes imigrantes chegaram ao Brasil ainda no início do século XIX, foram adquirindo novos hábitos no amálgama com outras etnias que encontraram pela frente. Assim também foi com os italianos e com todas as outras minorias étnicas que escolheram ou foram induzidas a escolher o Brasil para viver.

Como vimos no texto, os estudiosos do mundo agrário concordam que na atualidade, o modo de vida colonial deixou de existir em sua plenitude, mas algumas características de sua sociabilidade ainda podem ser percebidas no tempo presente. Este modo de vida colonial incorpora outras atividades que podem não estar mais diretamente relacionadas à terra mas que indicam a manutenção de um estilo de vida na histórica colônia. É possível falar, portanto de uma família agrícola remanescente que continua sendo uma espécie de território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores.

A modernidade interfere nas condições do lugar que guarda a memória da família. No entanto, a família do colono parece encontrar meios para continuar diversa sua identidade. É interessante verificar que, mesmo em assentamentos agrícolas do tempo presente, famílias de procedência italiana são capazes de recriar um “jeito de colono-camponês” que, em muitos casos, desafia interesses políticos e agências mediadoras. Neste caso, vale destacar que, mesmo diante de condições adversas, a “cultura camponesa” não desaparece, mas se revitaliza sob formas diversas. Programações radiofônicas em língua alemã não são raridades em muitas cidades do sul do Brasil. Estas programações indicam a manutenção ou mesmo recriação de laços com os antigos imigrantes ou seus descendentes. Mas existem outros exemplos. Festas consideradas “típicas” e grupos folclóricos mantêm-se, mesmo que a finalidade de sua reinvenção às vezes se relacione mais a propósitos turísticos ou mesmo políticos.

Com relação a um campesinato típico que emerge no sul do país a partir do advento das migrações alemãs do início do século XIX, vale destacar que o imigrante, colono-camponês que veio da Europa, acabou criando um modo de vida peculiar vinculado a uma pequena propriedade. Esta propriedade, viabilizada pelo trabalho familiar, não só concedeu, mas ainda concede sobrevivência e sustentabilidade econômica à família deste colono. Mas é também a célula que dá sustentação à vida comunitária em todos os sentidos. Seja nas atividades religiosas, no lazer ou em iniciativas diversas. A pequena propriedade é o lugar em que por décadas se articulam os sonhos da família. É onde se faz a provisão para dias difíceis, mas, também, para a manutenção de um estilo peculiar de vida.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Ciro Flamarião S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WANDERLEY, Jacob. *A imigração reabilitada*. São Paulo: Atica, 1991.
- GREGORY, Valdir. *Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira*. In: IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informação. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SCHALLENBERGER, Erneldo e COLOGNESE, Silvano Antônio. *Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no oeste do Paraná*. Toledo: Editora Toledo, 1994.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- VANDERLINDE, Tarcisio. *Entre dois reinos: a inserção entre os pequenos agricultores no sul do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em História) – UFF, 2004.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Prefácio. In: SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- WITT, Luiz Osmar. *Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

[1] Historiador e Geógrafo, prof. Adjunto, CCHL, campus de Marechal Cândido Rondon, Unioeste, PR, (0xx45) 254-3216, Rua sete de setembro, 3373 – CEP 85960-000 e-mail: ebenezzer@cceto.com.br

[2] De acordo com Seyferth, a organização comunitária esteve sempre muito ligada às atividades religiosas, sejam elas, católicas ou protestantes. A mesma antes da colonização brasileira, os portugueses já haviam estabelecido em outras colônias, como a ilha de São Tomé, uma forma de mão-de-obra mista entre a escravidão e o campesinato. Nesse caso, o escravo possuía pequenas estais de terras próprias, que podia cultivar uma vez por semana e cuja produção lhe pertencia, podia vendê-la no mercado e, assim arrecadar dinheiro necessário para comprar sua carta de alforria (BRECHA CAMPOESA”, constitui um erro teórico, pois não existiria brecha alguma, nem existiria um setor distinto da “empresarial”: quando o escravo cultivava seu lote, estava submetido às mesmas regras de produção e ao mesmo dono, tal como, por exemplo, ao trabalhar nos canaviais (GRENDEER, 1991).

[4] Ressalte-se que a técnica agrícola básica, empregada desde os primórdios da colonização é a da derrubada-queimada, seguida do plantio que emprega basicamente a enxada. A queimada (coivara), herança indígena recebida através do caboclo. A coivara foi associada a rotação de terras, para evitar seu esgotamento a curto prazo.